

Excelentíssimo Senhor Presidente da Câmara Municipal do Porto, Rui Moreira,

No decorrer das discussões públicas e da ampla participação e interesse dos cidadãos sobre o futuro a dar aos terrenos e à antiga estação ferroviária da Boavista, solicitamos nesta carta aberta a inviabilização do despacho da Câmara Municipal do Porto que deferia o Pedido de Informação Prévia (PIP) submetido pelo El Corte Inglés, tendo por base os seguintes dois aspetos que consideramos fundamentais na gestão responsável e transparente dos interesses públicos da nossa cidade. Aproveitamos para convidar o Sr. Presidente para reunir com o nosso Movimento com o intuito de discutir este assunto, numa data a sugerir por S. Exa.

Consideramos que a autorização ao El Corte Inglés (ECI) de pagamento de uma compensação pela não cedência de 24,835.05 m2 para área verde e equipamento público se incompatibiliza com o [artigo 15 da secção III do capítulo II do anexo G.1 do CRMP](#), uma vez que resulta num evidente "inconveniente para a prossecução do interesse público". É por demais evidente que a extraordinária participação e movimentação cidadã, a favor da preservação e reconversão da estação de comboios e da criação de um jardim público nestes terrenos, com [petição subscrita por mais de 10,200 pessoas](#), transmite de forma inequívoca uma incompatibilidade com a substituição deste direito por uma compensação monetária, como sugerido pela CMP (e cujo valor desconhecemos). Lembramos que os referidos 24,835.05 m2, que a CMP se propõe a abdicar, se aproximam da área de preservação reivindicada pelos cidadãos correspondente aos terrenos de domínio público ferroviário (aproximadamente 27,000 m2). Consideramos, por isso, que a vontade cidadã pode ser pelo menos parcialmente atendida se os requisitos vigentes no atual Plano Diretor Municipal (PDM) forem cumpridos. Gostaríamos, por isso, de saber se há vontade política por parte da CMP para cumprir esta medida.

O Movimento considera também que a aprovação precipitada do Pedido de Informação Prévia (PIP) do ECI por parte da CMP em outubro de 2020, não reunia à data os elementos fundamentais para esta tomada de decisão e por isso não deve ser considerada válida. Falamos do relatório de [estudo de tráfego](#) que estaria a ser elaborado pela Divisão Municipal de Gestão da Mobilidade e Tráfego (DMGMT) para conhecer o impacto deste empreendimento no sistema de tráfego rodoviário, já altamente congestionado nesta zona da cidade e cujos resultados não eram conhecidos na altura (e continuamos sem os conhecer ainda hoje). Falamos também do resultado da apreciação municipal sobre o [pedido de classificação do valor patrimonial do edifício da antiga estação](#), reencaminhado pela Direção Geral Património Cultural (DGPC), que só veio a ser respondido no final de dezembro de 2020. Esta decisão negligenciou, assim, aspetos fundamentais que estavam ainda em análise e que seriam necessários para a tomada de decisão informada sobre o impacto desta grande obra na cidade. O movimento reitera que a construção de mais um centro comercial na Boavista, já repleta de centros comerciais e a maioria deles em estado de semi abandono, configura um prejuízo demasiado elevado para a qualidade de vida dos portuenses, incluindo o impacto nefasto no pequeno comércio, no congestionamento de trânsito, na ameaça de se continuar a perpetuar o abandono de grandes edifícios comerciais como já se verifica na zona e a não salvaguarda dos valores patrimoniais e ambientais que a CMP deveria zelar.

É com expectativa que aguardamos uma resposta a esta carta e ao nosso convite para reunir.

Pelo Movimento por um jardim ferroviário na Boavista,

Sofia Maia Silva
Hugo Pereira
Orlando Gilberto-Castro

